

A Modificação Secular das Relações de Troca

ROBERT E. BALDWIN

Nos últimos anos, os autores que tratam dos assuntos de industrialização têm acentuado a importância das alterações a longo prazo das relações entre os preços das importações e os preços das exportações de países subdesenvolvidos. Efetivamente, vários representantes de áreas subdesenvolvidas têm sustentado a tese de que a deterioração secular de suas relações de trocas tem sido um dos principais fatores responsáveis pelo retardamento de seu desenvolvimento econômico. A seguinte declaração feita pelo Delegado do Chile no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas exemplifica, de modo típico, esse ponto de vista. "Porém, deve-se ter em mente a deterioração, a longo prazo, da relação entre os preços das matérias-primas e os (preços) das manufaturas. O resultado tem sido um constante declínio de poder aquisitivo e da capacidade de desenvolvimento dos países produtores de matérias-primas" (1). Talvez, a enunciação mais completa dessa tese tenha sido feita pelo Professor RAUL PREBISCH, numa publicação recente das Nações Unidas (2). Argumenta o Professor PREBISCH que o testemunho dos preços das importações e exportações, no período compreendido entre 1870 e 1930, indica que os centros industriais conservaram todos os benefícios do seu desenvolvimento técnico, enquanto que os países da periferia transferiram para as Nações industriais uma parcela dos frutos de seu próprio progresso técnico.

(1) United Nations, Economic and Social Council, "Official Records", 4th Year, Session 8, 1949, pág. 329.

(2) United Nations, Department of Economic Affairs, "The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems, Late Success", 1950.

Há três questões principais que surgem no exame de semelhantes afirmativas sobre as relações de trocas. A primeira concerne à medição estatística dos termos do comércio. Refletirão as mesmas acuradamente a base real em que os países subdesenvolvidos trocaram mercadorias de importação por exportação? Em segundo lugar, que forças econômicas influenciaram as relações de trocas durante os últimos três quartos de século? E, finalmente, que efeito produz um deslocamento nos preços relativos das exportações e importações sobre os níveis da renda real dos países considerados?

Uma das dificuldades na determinação das relações de troca é a falta de informações sobre os países subdesenvolvidos (3). Os dados sobre os preços das importações e exportações desses países relativos a extensos períodos não foram publicados. Por isso, é forçoso utilizar-se as cifras de Nações mais adiantadas. As estatísticas do Reino Unido, mais freqüentemente, têm constituído a base sobre a qual são feitas as estimativas das relações de trocas das áreas atrasadas. A vantagem desses dados consiste em que as importações do Reino Unido têm sido caracterizadas por uma larga variedade de produtos primários de muitos países, enquanto que as exportações têm sido principalmente de produtos manufaturados. Um outro indicador dos termos do comércio, de que agora se dispõe e que é aproximadamente paralelo à tendência evidenciada pelas cifras do Reino Unido, é um índice de preços de produtos primários em relação aos preços de produtos manufaturados que entram no comércio internacional. O quadro abaixo nos dá os resultados dessas medidas e também inclui dados organizados com informações dos Estados Unidos da América.

Além do problema de encontrar dados relevantes sobre preços, há sérias questões teóricas e estatísticas envolvidas no processo da medição. A qualidade, diversidade e importância relativa dos artigos que entram no comércio alteraram-se de modo significativo no período sob consideração. Por exemplo, embora isso não possa ser provado quantitativamente, a maioria dos autores concorda em que a melhoria da qualidade foi maior nos produtos manufaturados do que nos produtos primários.

(3) Países subdesenvolvidos, aos quais me referirei, são o grupo de nações relacionadas na publicação: "Relative Prices of Exports and Imports of Under-developed Countries", Department of Economic Affairs, Lake Success, 1949, págs. 34-5, das Nações Unidas.

MEDIDAS SELECIONADAS DAS RELAÇÕES DE TROCAS (4)

1913 = 100

	A	B	C	D
1871-1875	—	106	—	—
1876-1880	107	120	—	—
1881-1885	106	122	—	—
1886-1890	100	114	—	—
1891-1895	97	108	—	—
1896-1900	99	103	—	—
1901-1905	96	101	—	—
1906-1910	97	102	—	—
1911-1913	100	102	—	—
1913	100	100	100	100
1921	69	68	71	—
1922	75	75	76	—
1923	83	78	78	(84) 1921-1925
1924	88	81	82	—
1925	90	84	84	—
1926	88	81	82	—
1927	91	84	82	—
1928	88	86	84	(101) 1926-1930
1929	86	86	84	100
1930	77	78	76	80
1931	68	70	69	72
1932	65	70	69	61
1933	65	69	67	61
1934	70	—	69	67
1935	72	—	70	67
1936	74	—	72	75
1937	79	—	76	86
1938	73	—	70	71
1946	—	—	76	—
1947	—	—	81	92
1948	—	—	82	101
1949	—	—	83	—
1950	—	—	93	—

(4) A coluna "A" indica as relações do valor unitário de produtos primários para mercadorias manufaturadas do comércio mundial, baseada na publicação da Liga das Nações — "Industrialization and Foreign Trade" (Genebra, 1945).

A coluna "B" foi extraída do trabalho de W. Scholte, "Entwicklung und Strukturwandel des Englischen Aussenhandels von 1700 bis zur Gegenwart", Probleme der Weltwirtschaft, n.º 62 (Jena, 1938), págs. 180-182. Indica a relação entre os preços das importações e exportações britânicas.

As colunas "C" e "D" foram adaptadas da publicação do Departamento de Negócios Econômicos das Nações Unidas — "Relative Prices of Exports and Imports of Underdeveloped Countries, (Lake Success, 1949), págs. 22 e 25, respectivamente. A coluna "C" dá a relação do valor unitário das importações para as exportações, segundo o Conselho Britânico de Comércio, enquanto que a coluna "D" dá a relação do valor unitário entre as importações de produtos primários e as exportações de produtos acabados nos Estados Unidos.

Se isto fôr exato, as medidas estatísticas teriam uma tendência sistemática para fazerem parecer as alterações menos favoráveis aos países subdesenvolvidos do que na realidade o são. Considerações sobre deslocamentos na importância relativa de mercadorias e a introdução de novos artigos de comércio põem em evidência dilemas semelhantes. Naturalmente, êsses inconvenientes surgem em tôdas as medições estatísticas de uma variável econômica no tempo. Não existe nenhum método ideal de resolvê-los e, em consequência, a interpretação das medidas tem de ser de certo modo arbitrária.

Os gastos de transporte e seguro em muitas avaliações estatísticas são tratados de modo inadequado. O Reino Unido, por exemplo, calcula o valor de suas exportações no pôrto de saída e, conseqüentemente, os preços dessas mercadorias não incluem os custos de transporte marítimo e seguro. Os valores das importações, por outro lado, contrariamente aos dados norte-americanos, incluem gastos de transporte, de vez que são calculados no pôrto de importação. Todavia, as Nações subdesenvolvidas arcam com êsses custos tanto nas suas importações quanto nas exportações, pois as mercadorias são geralmente transportadas em navios estrangeiros. Portanto, se os dados do Reino Unido forem usados para indicar os têrmos do comércio de países subdesenvolvidos, devem-se computar na sua aferição estatística os custos de transporte. Êsses custos deveriam ser excluídos dos valores das importações britânicas e incluídos como um dos *itens* de exportação.

A maneira pela qual êsse fator afeta as relações de trocas pode ser ilustrada com referência ao período 1869-1913. Um índice de taxas de afretamento por oito viagens, elaborado por E. S. GREGG, mostra que êsses custos declinaram cêrca de 50% entre 1869 e 1913 (5). Segundo SCHLOTE, o índice dos preços das exportações britânicas caiu 6,5% durante êsse período, enquanto que os preços das importações decresceram 19,5%. Portanto, as relações de troca aparentemente melhoraram de 16% para o Reino Unido entre as duas datas. Todavia, parte do declínio dos preços das importações foi causado pela redução de 50% nos custos dos transportes. Além disso, os preços das exportações na realidade

(5) E. S. Gregg, "Vicissitudes in the Shipping Trade, 1870-1920", "Quarterly Journal of Economics", agosto, 1921, págs. 603-617.

caíram mais por causa do decréscimo dos preços do serviço de transporte exportado.

Uma estimativa de HOBSON calcula em 110 milhões de libras os ganhos do Reino Unido em transportes, em 1913 (6). Isto representava 21% do valor das exportações britânicas em 1913. Se se atribuir aos serviços de transporte um pêso correspondente a essa cifra durante todo o período, a queda do índice de preço das exportações, inclusive custos de transporte, foi de cerca de 16% entre 1869 e 1913. Do lado das importações, uma estimativa conservadora calcularia em aproximadamente 5% a importância dos custos dos transportes sobre o valor das importações. Se esses gastos forem deduzidos do índice de preços das importações, inclusive custos de transportes, o referido índice mostrará uma queda de 18% aproximadamente. Em consequência, as relações de troca do Reino Unido melhoraram apenas de cerca de 2% e não 16% entre as duas datas.

Vê-se, portanto, que imprecisões nos dados estatísticos tendem a deformar seriamente as relações reais de trocas entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Certamente não se pode demonstrar de modo conclusivo que as Nações subdesenvolvidas sofreram efetivamente uma deterioração nos seus termos de comércio durante os últimos 75 anos ou mais. Pode ser que tenham melhorado, por causa das alterações qualitativas e da queda nos custos dos transportes.

Contudo, um estudo dos fatores que têm influenciado as relações de troca, e um exame da maneira pela qual têm atuado, é mais importante do que tentar-se avaliar a significação de provas estatísticas sobre os termos do comércio. Quatro grupos de fatores reais surgem como exercendo as mais importantes influências sobre as relações de troca. A saber: 1.º) mudanças de gosto; 2.º) progresso tecnológico; 3.º) alterações na oferta de fatores da produção, e 4.º) modificações na estrutura do mercado.

Existe alguma razão para esperar-se que os fatores da procura tenham atuado de maneira depressiva sobre os preços de produtos primários em comparação aos preços dos produtos industriais, durante esse período? No que se refere a produtos agrícolas, o testemunho estatístico parece responder afirmativa-

(6) C. K. Hobson, "The Measurement of the Balance of Trade", "Económica", maio, 1921.

mente. Pois a Lei de ENGEL — a proporção da renda despendida em alimentos decresce à medida em que a renda aumenta — que tende a operar contra os preços dos produtos agrícolas relativamente ao preço dos bens manufaturados, *está bem comprovada pelos fatos*. O quadro seguinte apresenta as modificações *per capita*, na quantidade dos vários alimentos consumidos na Grã-Bretanha entre os dois períodos indicados.

*Modificações Relativas da Renda Real e Consumo Agregado
"per capita" de Determinados Produtos Alimentícios na
Grã-Bretanha, 1909-1913 a 1934-1938 (7)*

Renda Real por hora	— +	43%
Farinha de Trigo	— —	8
Carne e Gorduras Animais	—	0
Açúcar, Xaropes e Mel	— +	20
Café	—	0
Chá	— +	37
Margarina e Óleos Vegetais	— +	185
Cacau	— +	220
Frutas Frescas	— +	102
Batatas	— —	15
Ovos	— +	19
Queijo	— +	25
Manteiga	— +	59

Além do fato que o consumo de café aumentou nos EE.UU. enquanto decresceu o do chá, os dados sôbre os EE.UU. e a Grã-Bretanha são, em geral, semelhantes. Há também uma cifra para outros cereais (como farinha) nos dados americanos. O consumo *per capita* decresceu de modo absoluto nesta categoria. Uma outra mercadoria importante para os países subdesenvolvidos é o fumo. Na França, o consumo aumentou de 62% entre 1872 e 1929, enquanto a renda se elevou de 112%.

E' bastante surpreendente observar, dêsses dados, o número de produtos cuja elasticidade de renda é acentuadamente baixa e até mesmo negativa em alguns casos importantes. Os efeitos da

(7) Adaptado de Colin Clark. "The Conditions of Economic Progress. Londres, 1951. págs. 370-371.

Lei de Engel sobre as relações de troca podem ser apreciados com o auxílio de curvas de indiferença. Significa que a taxa de substituição marginal de alimentos por outras mercadorias cresce proporcionalmente aos aumentos reais de renda, isto é, a quantidade de alimento necessária para compensar a perda de uma certa quantidade de outros bens torna-se maior. Portanto, a curva de procura recíproca de produtos agrícolas por parte de países adiantados tende a ser mais inelástica do que se essa relação não existisse. Por outro lado, na medida em que a Lei de Engel é válida em áreas subdesenvolvidas (e a mesma parece aplicar-se a esses países também, embora não no mesmo grau), a curva de procura recíproca de produtos manufaturados por parte de países subdesenvolvidos tende a ser mais elástica do que em caso contrário. Um exemplo da maneira pela qual tais relações afetam os termos do comércio pode ser observado quando as curvas de possibilidade de produção de ambas as áreas se deslocam para fora na mesma percentagem. A relação de troca virar-se-á contra as Nações que exportam produtos agrícolas e recebem manufaturas.

Até aqui a influência de deslocamentos da procura sobre os preços de produtos primários tem sido confinada a gêneros alimentícios. Em relação ao vestuário, as provas não são tão concludentes no que se refere às alterações do consumo *per capita* correspondente a aumentos de renda. KUZNETS coligiu dados que mostram nos EE.UU. as relações do dispêndio individual em vestuário confrontado com o fluxo de gastos *per capita* no total de bens e serviços (8). A percentagem despendida em vestuário decresceu de 19% em 1869-78 a 14% em 1919-28. Além do mais, essas cifras provavelmente subestimam os lucros dos produtores primários causados pela crescente elaboração na indústria de confecções. Essa conclusão tende a ser demonstrada pelas provas reunidas por CARL SNYDER (9). A produção mundial de algodão, lã, seda, seda artificial, juta e borracha foi 5,4 vezes maior em 1929 do que em 1870. Por outro lado, o total da produção industrial do mundo foi mais de 12 vezes maior. Para as Nações subdesenvolvidas que exportam produtos metálicos e outras matérias-

(8) Baseado no livro de Kuznets: "National Product Since 1869", pág. 146.

(9) Publicado por Jüger Kuczynski. "Weltproduktion und Welthandel in der letzten 100 Jahre". Liepaja. 1935. Snyder publicou alguns desses dados em "New Measurements of Trade, and Economic Growth" — "Revue de L'Institut International de Statistique", vol. 1, n. 4, 1933.

-primas usadas na produção de manufaturas, a situação, exce-
tuando-se alterações tecnológicas, é muito mais favorável. A pro-
cura dessas mercadorias cresce proporcionalmente à produção
manufatureira das Nações industrializadas.

Do lado da oferta, naturalmente, tem havido significativas
alterações relativas, durante o período em aprêço, entre produtos
primários e industrializados em consequência de progressos tec-
nológicos e modificações no suprimento de meios de produção.
Na manufatura, a produção por homem-hora subiu 200% na Grã-
-Bretanha entre 1870-1876 e 1938, ao passo que nos EE.UU. o au-
mento percentual foi de 390% entre 1869 e 1938 (10). Desde 1913
existem estatísticas semelhantes relativas à maioria dos países
industrializados. Entre 1913 e 1938 os aumentos percentuais de
produção por homem-hora têm sido os seguintes: Grã-Bretanha,
63; Estados Unidos, 130; Alemanha, 23; Japão, 90. Infelizmente,
as estatísticas dos países subdesenvolvidos, além de escassas, não
são representativas. As disponíveis são as que se seguem: Finlân-
dia, 82; Hungria, 33; Polônia (1925-1937), 23, e Rumânia, 100.

As modificações na produtividade agrícola acham-se suma-
riadas no quadro abaixo:

MODIFICAÇÕES PERCENTUAIS NA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

E. U. (1870-1938 por homem-hora) — 164; 1913-1938 — 48
(Eire) Irlanda do Norte (1868-1938-1939 por homem — 63;
Grã-Bretanha (1867-1937-1938 por homem-hora) — 68; 1908-1937-38 — 38
Japão (1897-1923, por homem) — 130; 1914-1934 — 25
França (1868-72 e 1935-39 por homem-hora) — 91; 1910-13-1935-39 — 44
Índia (1931-32 a 1944-45 por homem) — 23;
Alemanha (1909-13 a 1934-35 por homem-hora) — 37;
Austrália (1911-1939-40 por homem-hora) — 71.

Finalmente, existem alguns dados relativos à mineração nos
Estados Unidos. Englobadamente, a produção por homem ele-
vou-se de 267% entre 1902 e 1939. A produtividade na mineração
do antracito e do carvão betuminoso elevou-se apenas de 72 e 104
por cento, respectivamente, enquanto poços de gás e óleo aumen-
taram 383%.

(10) Esses dados e os que se seguem são do livro de Colin Clark, "The
Conditions of Economic Progress". Segunda edição. As cifras relativas a manu-
faturas incluem mineração.

Infelizmente, os dados sobre a produtividade são tão exíguos e mostram tal variação entre países que se tornam pouco úteis para fins comparativos. Todavia, as estatísticas mostram claramente que a produtividade cresceu mais rapidamente nas indústrias do que na agricultura.

Conseqüentemente, abstraindo-se das relações de procura previamente examinadas, tem havido fortes fatores atuando no sentido de baratear as manufaturas em relação aos produtos agrícolas. Todavia, grandes progressos tecnológicos desenvolveram substitutos para alguns dos artigos de exportação dos países subdesenvolvidos. Nitratos sintéticos, fibras e borracha são alguns dos exemplos mais óbvios. Outro fator que provavelmente tem tendido para baratear os produtos primários em relação às manufaturas têm sido os grandes progressos nos meios internos de transportes das áreas produtoras de artigos primários de todas as Nações.

Um grupo de produtos primários, os produtos metálicos, têm se encontrado numa posição de procura muito favorável. Segundo SNYDER, a produção mundial dessas mercadorias, isto é, ferro bruto, cobre, estanho, zinco, aço, prata, chumbo, níquel, alumínio e enxôfre, foi, em 1929, 19 vezes maior do que em 1870 (11). Isto, compara-se com um crescimento equivalente a 14 vezes do total da produção industrial. Dir-se-ia, contudo, que a produtividade na mineração das matérias-primas para esses produtos teria aumentado mais do que nas manufaturas.

Outro elemento que deve ser tomado em consideração é a modificação da população nas duas áreas, no período em aprêço. Embora, ainda a esse respeito, as estatísticas não sejam satisfatórias, são todavia suficientes para indicar que a alteração percentual tem sido maior nos países industrializados. Este fator atua no sentido de melhorar as relações de troca em favor dos produtores primários.

Uma outra consideração importante na controvérsia sobre as relações de troca refere-se às diferenças entre as estruturas dos mercados dos países industrializados e das Nações subdesenvolvidas. A natureza oligopolística dos mercados industriais e as atitudes dos técnicos nessas Nações são favoráveis à transferência de ganhos de produtividade sob a forma de melhoria do pro-

(11) Ob. cit.

duto e desenvolvimento de novas mercadorias em vez de redução de preços. Nas áreas de produção primária, as condições são muito menos propícias a essa forma de progresso. Consequentemente, os benefícios dos ganhos de produtividade das Nações desenvolvidas não se mostram inteiramente nas relações de preços. O emprêgo de tarifas por muitas Nações industrializadas para proteger sua produção agrícola nacional tem sido outro fator que parece ter atuado em detrimento dos países subdesenvolvidos.

Uma avaliação da importância relativa de todos os fatores discutidos, como determinantes das relações de troca, é naturalmente impossível, exceto em termos vagos. Contudo, creio que são suficientes como explicação dos verdadeiros movimentos das relações de troca. Por certo, a baixa elasticidade de renda dos produtos agrícolas, as tarifas impostas sobre os mesmos, e o aumento apreciavelmente grande da produtividade desses artigos, têm tendido a abaixar-lhes os preços de modo sensível. Como seria de esperar-se, o grupo de produtores primários, excluídos os gêneros alimentícios, têm obtido melhores resultados. O estudo de SILVERMAN sobre a Grã-Bretanha entre 1880 e 1913, por exemplo, mostra que os preços de importação de têxteis primários, metais e óleos elevou-se durante esse período, enquanto caíam fortemente os preços de produtos alimentícios (12). Do mesmo modo, as relações de preços nos EE.UU. entre bens primários importados (que são menos influenciados pelo peso dos produtos alimentícios básicos do que as importações britânicas de artigos primários) e manufaturas acabadas e exportadas foram aproximadamente as mesmas em 1913, 1929 e 1948 (13).

A alta elasticidade de renda das mercadorias manufaturadas e o desenvolvimento de substitutos para os produtos primários são importantes para compreender-se porque os grandes ganhos na produtividade de manufaturas não causaram nas relações de trocas dos países subdesenvolvidos a melhoria que seria de esperar-se.

A precedente explicação dos deslocamentos das relações de troca foi baseada em fatores reais. Todavia, outros argumentos combinando fatores reais e monetários têm merecido ampla aten-

(12) A. G. Silverman, "International Trade of Great Britain", 1880-1913, Tese, Biblioteca de Harvard.

(13) "Relative Prices of Exports & Imports", pág. 25.

ção. Deve-se ao Professor PREBISCH a mais minuciosa exposição desse ponto de vista (14). Mostra PREBISCH que nos países industriais as rendas monetárias e, portanto, os preços subiram mais rapidamente do que a produtividade, enquanto que nos países de produção primária os menores ganhos de produtividade foram passados adiante sob a forma de reduções de preço ou somente em aumentos equivalentes de renda monetária. Em consequência, os termos do comércio inclinaram-se em favor das Nações desenvolvidas. Isto se processou da seguinte maneira. Embora nos períodos de prosperidade os preços dos produtos primários subissem bruscamente, essas mercadorias em geral perdiam esses ganhos na fase descendente do ciclo econômico. Por outro lado, embora os preços das manufaturas não subissem tanto na fase ascendente do ciclo, esses preços não caíam tanto nos períodos de depressão quanto haviam subido por causa da rigidez dos salários industriais. Após sucessivos ciclos alargou-se a distância entre os preços dos dois grupos de mercadorias, e, portanto, os países subdesenvolvidos sofreram um movimento desfavorável em suas relações de trocas.

Ao desenvolver essa teoria, o Professor PREBISCH afirma: "Se a elevação da renda, nos centros industriais e na periferia, houvesse sido proporcional ao aumento das respectivas produtividades, as relações de preço entre produtos primários e manufaturados ter-se-iam conservado as mesmas como teria acontecido se os preços tivessem caído estritamente em proporção à produtividade. Dada a maior produtividade da indústria, a relação dos preços ter-se-ia movido em favor dos produtos primários" (15). Porém, por causa das modificações efetivas da renda monetária, "enquanto os centros conservaram todos os benefícios do aperfeiçoamento técnico de suas indústrias, os países periféricos transferiram para aqueles uma parcela dos frutos de seus próprios progressos técnicos" (16).

Com estes argumentos o Professor PREBISCH ataca a teoria clássica do comércio. "E" verdade que o raciocínio sobre as van-

(14) "The Economic Development of Latin America". O mesmo argumento foi apresentado por H. W. Singer no trabalho "The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries", "American Economic Review", Papers and Proceedings, maio, 1950, págs. 473-85.

(15) "Economic Development of Latin America".

(16) Idem.

tagens econômicas da divisão internacional do trabalho é teoricamente certo, porém, usualmente esquece-se que o mesmo é baseado numa hipótese que os fatos conclusivamente provaram ser falsa. Segundo essa hipótese, os benefícios do progresso técnico tendem a distribuir-se igualmente por toda a comunidade, seja reduzindo os preços ou, correspondentemente, aumentando as rendas. Os países produtores de matérias-primas obtêm sua parcela desses benefícios através das trocas internacionais e, portanto, não precisam se industrializar. Se assim o fizessem, sua ineficiência causar-lhes-ia a perda das vantagens convencionais de tais trocas" (17).

Primeiramente, dever-se-ia acentuar que a análise moderna, segundo a tradição clássica, não é de todo incompatível nem com as verdadeiras características das modificações das rendas monetárias nem com a distribuição dos benefícios do desenvolvimento industrial. Não afirma que as relações de troca melhorarão necessariamente para os países subdesenvolvidos na medida em que os adiantados se industrializem. O princípio básico da teoria clássica é que, a longo prazo, os fatores reais determinam os preços relativos e o volume do comércio. Mais exatamente, os modelos clássicos são baseados na hipótese de que as funções de oferta e procura são homogêneas de grau zero, isto é, dobrando-se todos os preços e rendas, não se alterará a solução em termos reais. Segue-se dessa condição que a alteração da renda monetária de uma área comerciante não modificará as relações de equilíbrio.

Admitindo a afirmativa do Professor PREBISCH no que concerne ao comportamento dos preços absolutos e da renda monetária entre áreas industriais e subdesenvolvidas, ele não mostra porque esses movimentos conduziram a valores que diferem dos que prevaleceriam na ausência de alterações da renda monetária. De fato, em certo ponto, ele parece seguir a hipótese de um modelo homogêneo de ordem zero. Conforme a citação acima, afirma que as relações de troca teriam sido as mesmas tanto no caso de uma elevação de renda proporcional ao aumento das respectivas produtividades, quanto no caso de uma queda de preços proporcional a modificações da produtividade. Presumivelmente, no primeiro caso as relações de troca mover-se-iam contra as Nações

(17) "Economic Development of Latin America".

industriais mais produtivas por causa de um desequilíbrio no balanço de pagamentos, e um conseqüente fluxo de renda dos países industrializados para os subdesenvolvidos que baixaria os preços industriais em relação aos preços dos produtos primários. Porém, se o sistema funciona dessa maneira, o equilíbrio das relações de troca seria independente de qualquer modificação da renda monetária. Certamente, outros fatores reais além das alterações da produtividade podem ser incluídos no sistema para contrabalançar os efeitos dos progressos de maior produtividade nas Nações adiantadas.

Ou PREBISCH não crê que êsses outros elementos tenham sido bastante importantes para produzir os resultados observados, ou não estabeleceu expressa e coerentemente as hipóteses do seu modelo. Se se minimizar a importância de fatores tais como o aperfeiçoamento qualitativo das manufaturas, o princípio de ENGEL, e os efeitos de substituição de algumas modificações tecnológicas, torna-se difícil encontrar uma explicação adequada para as tendências estatísticas das relações de troca. Mencionar que as rendas monetárias e os preços subiram mais nas Nações industriais por causa da rigidez dos salários nesses países que impede a sua queda, não parece muito satisfatório. Para que isto pudesse ser aceito como uma explicação, sem maiores comentários, dever-se-ia poder provar que, a longo prazo, as curvas de procura recíproca no intercâmbio entre Nações podem ser deslocadas por medidas monetárias desacompanhadas de quaisquer modificações nas variáveis reais.

Isto implica em admitir-se que o comércio internacional é determinado tomando-se por base preços absolutos e não relativos — uma hipótese que dificilmente pode ser mantida na explicação da estrutura do comércio a longo prazo.

Uma possibilidade que poderia ser usada com o objetivo de transformar a rigidez de salários industriais num argumento em apoio da tese do Prof. PREBISCH seria afirmar que as curvas de procura recíproca das duas áreas se tocam — ou quase se tocam — numa larga amplitude de preços. Poder-se-ia, então, argumentar que semelhante rigidez permitiria às Nações industriais se beneficiarem dos múltiplos pontos de equilíbrio por meio de suas políticas de renda monetária. Todavia, se prevalecessem tais condições, parece que medidas como a tarifa e as modificações das ta-

xas de câmbio durante esse período deveriam ter produzido maiores deslocamentos nos termos do comércio do que o testemunho histórico tende a evidenciar.

Embora me pareça que as modificações da renda monetária, por si só não causarão diferenças significativas nos valores de equilíbrio, a longo prazo, de preços e quantidades relativas, isto não importa em sustentar que esses fatores não possam influenciar as variáveis reais, que condicionam o comércio, e daí produzirem novos valores de equilíbrio (18). Por exemplo, dada a apreciavelmente ampla disparidade entre rendas urbanas e rurais dentro das Nações industriais, poder-se-ia argumentar que a resistência de salários industriais contra reduções acelerou o crescimento dessas áreas estimulando as migrações para as cidades. A importância desse elemento é impossível de ser avaliada; porém, diante de um estudo das migrações internas nos Estados Unidos, inclinar-me-ia a dizer que não teria tido o efeito de influenciar muito a taxa de crescimento das Nações industrializadas. O efeito da inflação crônica de alguns países subdesenvolvidos sobre investimentos reais é outro exemplo. Isto pode ter afetado tanto à magnitude quanto à composição do investimento.

Todavia, tais fatores poderão ser melhor estudados dentro do arcabouço da tradição clássica, que dá maior ênfase à importância das variáveis reais. Creio que argumentos dentro do espírito da tese do Prof. PREBISCH não são necessários ou relevantes para a explicação.

De que modo a tendência histórica das relações de trocas afetou a posição da renda real dos países atrasados? Teoricamente, as modificações nas relações de troca são reconhecidamente um mau indicador do sentido da alteração do bem-estar. Se as condições da produção se modificarem (independentemente de importações) mesmo sob os heróicos requisitos segundo os quais cada país é tratado como um indivíduo com gostos constantes, e obedecendo às regras da pura competição, um movimento adverso nas relações de troca não é indicativo de qualquer alteração particular de bem-estar. Tampouco são as cifras de volume suficientes para distinguir os tipos de movimento de bem-estar. As curvas de possibilidades de produção tanto dos países desenvolvidos como

(18) A curto prazo, modificações na renda monetária e preços, além de poderem influenciar as variações reais, podem afetar os valores de equilíbrio do comércio diretamente.

dos subdesenvolvidos podem-se deslocar para fora, e contudo um movimento adverso nas relações de trocas dessas últimas acompanhado por um aumento tanto nas importações quanto nas exportações, poderia significar, quer deterioração, quer melhoria das suas respectivas posições de renda. Obviamente, os setores nacionais e internacionais devem ser combinados para que se possa fazer qualquer afirmativa categórica sobre o assunto.

As estatísticas sobre a renda não deixam dúvidas quanto aos grandes ganhos auferidos por ambas as áreas no século passado. As regiões subdesenvolvidas forneceram as matérias-primas, vitais para o processo de industrialização, em troca de bens industriais de consumo e de produção. A tecnologia e os bens de produção, fornecidos pelas nações adiantadas, também asseguraram uma importante base para expansão adicional dentro dos países periféricos. Essa relação dinâmica entre as importações e a possibilidade ampliada de produção dos países subdesenvolvidos deve ser lembrada ao julgar-se a história do comércio. Por exemplo, conduziria a sério erro dizer-se que uma deterioração das relações de troca dos países subdesenvolvidos indica uma transferência para áreas industriais de parte do progresso técnico realizado dentro dos países periféricos. Embora o aumento da procura recíproca de países subdesenvolvidos tenha dado origem a uma tendência para piorar as suas relações de troca, também pode ter conduzido a uma importação maior de capital e conseqüentemente a um maior aumento da produção.

Sendo elásticas as curvas de procura recíproca das Nações industrializadas, um aumento na procura recíproca por parte de países subdesenvolvidos aumentaria suas importações.

Seria muito lamentável se as Nações subdesenvolvidas invocassem o argumento das relações de troca para justificar um programa de industrialização que tornasse necessárias restrições a longo termo ao comércio. A significação das tendências reveladas pelas estatísticas é por demais duvidosa para justificar semelhante programa.

Isto não significa que os países periféricos não devam se industrializar. É óbvio que uma melhor utilização dos seus recursos atuais e a expansão desses recursos podem melhorar muito os seus respectivos padrões de vida. As questões importantes são como obter as poupanças reais para empreender investimentos, e

para que tipos de produção deveriam ser feitos êsses investimentos. Fundamentalmente, uma Nação deve-se industrializar lançando mão principalmente de seus próprios recursos. Um influxo de fundos estrangeiros, tecnologia e trabalho podem constituir um inestimável estímulo e auxílio, mas não se pode confiar em que provenha dessa fonte a maior parte do capital. Se os benefícios da industrialização devem ser distribuídos a todos os grupos, devem ser empreendidos investimentos que oferecem pouca base para direta ou indiretamente ganharem divisas estrangeiras. Em consequência, êsses investimentos devem ser financiados principalmente por fontes internas.

Antes de mais nada, o país subdesenvolvido deve procurar manter melhor estabilidade monetária e política. Naturalmente, parte da instabilidade é devida a fatores externos. Essa dificuldade circular, isto é, quando um fator externo sobre o qual não se pode exercer controle é a fonte da dificuldade, aplica-se a quase todos os aspectos do problema da industrialização, mas isto não significa que parte do círculo não possa ser quebrada em quase todos os casos. Certamente, as tendências inflacionárias nos países da América Latina não são inteiramente devidas à natureza cíclica de suas exportações. Contrôles monetários e fiscais adequados poderiam auxiliar a desviar dispêndios em imóveis e bens duráveis de consumo para linhas mais produtivas. Essas providências também encorajariam maiores investimentos estrangeiros.

As mercadorias de exportação existentes não deveriam ser sacrificadas no processo de crescimento. Essas devem continuar a ganhar divisas utilizáveis para a importação de bens de capital. Na verdade, é nesse campo que mais se justificam inicialmente investimentos em equipamentos pesados de produção. O mercado já foi criado. Além disso, uma porção apreciável do capital para tais investimentos pode ser obtida de fontes estrangeiras.

Não devemos argumentar como se existisse uma quantidade dada e plenamente utilizada de trabalho. A industrialização em tôda a parte baseou-se na diferença de produtividade entre as comunidades rurais e urbanas. Mantendo-se ou mesmo aumentando-se a produção de bens primários não implica em que o trabalho não possa ser absorvido nas cidades. O capital é um fator muito mais limitativo do que o trabalho. Todavia, mesmo com capital, os países subdesenvolvidos deveriam

fazer tôdas as tentativas possíveis para instalar aquêlo tipo de bens de produção que melhor lhes permitisse utilizar a relativa abundância de suprimento de mão-de-obra. Muitas vêzes super-capitalizam algumas de suas indústrias empregando equipamento semelhante ao usado em países industrializados. Tal equipamento destina-se a utilizar um suprimento relativamente escasso de mão-de-obra altamente especializada. Infelizmente, os países subdesenvolvidos não possuem capacidade tecnológica para planejar e construir tal equipamento. Mais recursos de planos como o Programa do Ponto IV deveriam ser usados para financiar o desenvolvimento dêsse tipo de bens de produção por engenheiros das áreas desenvolvidas.

Do ponto de vista da importação, o melhor caminho a seguir parece ser o do mercado nacional. Em outras palavras, êsses países deveriam tentar capturar os mercados de importação dos artigos manufaturados amplamente consumidos dentro de suas fronteiras. Muitas vêzes tais mercadorias não são particularmente difíceis de serem fabricadas e uma indústria eficiente pode-se desenvolver dentro do país. Pela redução dessas importações e aumento das exportações, pode ser a importação de bens de capital para uso em transportes e outros serviços públicos.

O desenvolvimento da indústria pesada e de utilidade públicas visando o mercado interno deve ser empreendido lentamente e após cuidadoso planejamento. Excetuados alguns projetos especiais, os países subdesenvolvidos provavelmente não receberão auxílio externo para êsses fins. Em consequência, sua capacidade de êxito depende da existência de um amplo mercado nacional. Não se trata apenas de que semelhantes empreendimentos prematuros exijam contrôles das importações, e sim que não disponham de condições para se manter mesmo com essas restrições.

SUMMARY

THE SECULAR CHANGE IN THE TERMS OF TRADE

In recent years, writers in the field of industrialization have stressed the importance of the long-run shift in the relation between export and import prices of the underdeveloped nations.

Indeed, several representatives for the underdeveloped areas have argued that a secular deterioration in their terms of trade has been a major factor retarding their economic development. Perhaps the most thorough presentation of this general theme has been made by Professor RAUL PREBISCH in a recent United Nations publication. He argues that price evidence on exports and imports in the period between the 1870's and the 1930's indicates industrial centers kept the whole benefit of their technical development, while peripheral countries transferred to industrial nations a share of the fruits from their own technical progress.

There are three main questions which arise in an evaluation of such statements about the terms of trade. The first concerns the statistical measure of the trading terms. Secondly, what economic forces have influenced the terms of trade for the last three-quarters of a century? And finally, what effect does a shift in relative export and import prices have on the real income positions of the countries involved?

First, the quality, array, and relative importance of the items entering into trade have altered significantly in the period under consideration.

Second, transportation and insurance charges are also handled inadequately in many of the statistical measures.

It appears that imperfections in the statistical measures have tended to distort seriously the real trading relation between developed and underdeveloped areas. It certainly cannot be conclusively shown that the underdeveloped nations actually suffered a deterioration in their terms of trade over the last 75 years or so. It may be that they improved because of the quality changes and the fall in transport costs.

Four sets of real factors seem to stand out as the most important influences on the terms of trade. They are: 1. shifts in tastes; 2. technological advances; 3. changes in the supply of factors of production; and 4. modifications in the market structure.

Is there any reason to expect demand factors to have acted in a depressing manner on the prices of primary commodities compared to the prices of industrial commodities during this period? As far as agricultural goods are concerned, statistical evidence appears to answer the question affirmatively.

For the underdeveloped nations exporting metal products and other raw materials used in producing manufactures, the situation, barring technological changes, is much more favorable.

On the supply side, there have, of course, been significant relative shifts during the period between primary and industrial commodities through technological progress and changes in the supply of the means of production.

The figures clearly do indicate that productivity increased faster in manufacturing than in agriculture.

Consequently, ignoring the demand relations previously examined, there have been strong factors operating to cheapen manufactures relative to agricultural commodities. However, the great technological advances have also developed substitutes for some of the important exports of underdeveloped countries.

One group of primary commodities, metal products, have been in a very favorable demand position. It would appear, however, that productivity in the mining of the raw materials for these products has improved somewhat more than in manufacturing.

Another element which must be considered is the change in population over the period in the two areas. Although statistics are again meager on this subject, they are sufficient to indicate that the percentage change has been greater in the industrialized countries. This factor works in the direction of bettering the terms of trade for the primary producers.

Another important consideration in the terms of trade argument is the difference in the market structures between industrialized and underdeveloped nations. The oligopolistic nature of industrial markets and the attitudes of the technicians in industrial nations are favorable for the passing on of productivity gains in the form of product improvements and the development of new commodities instead of price decreases. Consequently, the benefits of productivity gains of developed nations are not entirely shown in price relationships. The use of tariffs by many of the industrial nations to protect their domestic productions of agricultural commodities has been another factor which seems to have operated against the underdeveloped countries.

An appraisal of the relative importance of all the factors discussed in determining the terms of trade obviously is impossi-

ble except in vague terms. Yet, I think they are sufficient for an explanation of the actual movement in the trading terms. Certainly, the low income elasticity on agricultural commodities, the tariffs levied against them, and the fairly great productivity increases for these items have tended to lower their prices measurably. As would be expected, the primary commodity group, excluding foodstuffs has fared better.

The high income elasticity for manufactured commodities and the development of substitutes for primary commodities are important in understanding why the great productivity gains in manufactures have not caused the improvement in trading terms for underdeveloped countries which might have been expected.

The preceding explanation of the terms of trade shift has been based on real factors. However, other arguments combining real and monetary factors have received widespread attention. The most detailed case of this view-point has been advanced by Professor PREBISCH. He points out that in industrial countries money incomes and hence prices have risen faster than productivity, while in primary nations the smaller productivity gains have been passed on in the form of price reductions or in only equivalent money income increases. Consequently, the terms of trade have moved in favor of developed nations. The process took place in the following manner. Although in prosperous periods primary product prices rose sharply, these commodities generally lost this gain in the downswing of the business cycle. On the other hand, while manufacturing prices rose less in the upswing of the cycle, these prices did not fall as much in depression times as they increased because of the rigidity of industrial wages. Over successive cycles the gap between the prices of the two groups of commodities widened, and the underdeveloped areas therefore suffered an unfavorable movement in their trading terms.

In developing this theory, Professor PREBISCH states, "Had the rise in income, in the industrial centers and the periphery, been proportionate to the increase in their respective productivity, the price relation between primary and manufactured products would have been the same as if prices had fallen in strict proportion to productivity. Given the higher productivity of industry, the price relation would have moved in favor of the pri-

mary products". But because of the actual money income changes, "while the centers kept the whole benefit of the technical development of their industries, the peripheral countries transferred to them a share of the fruits of their own technical progress".

With these arguments, Professor PREBISCH attacks classical trade theory. "It is true that the reasoning on the economic advantages of the international division of labor is theoretically sound, but it is usually forgotten that it is based upon an assumption, which has been conclusively proved false by facts. According to the assumption, the benefits of technical progress tend to be distributed alike over the whole community, either by the lowering of prices or the corresponding raising of incomes. The countries producing raw materials obtain their share of these benefits through international exchange and therefore have no need to industrialize. If they were to do so, their inefficiency would result in their losing the conventional advantages of such exchange".

First, it should be emphasized that modern analysis in the classical tradition is not at all inconsistent with the actual pattern of money income changes nor the distribution of the benefits on industrial development. It does not state that the terms of trade need necessarily improve for underdeveloped nations as the advanced ones industrialize. The maintenance of classical theory is that in the long run real factors determine relative prices and the volume of trade. More precisely, classical models are based on the assumption that the demand and supply functions are homogeneous to zero degree, i.e., a doubling of all prices and incomes will not change the solution in real terms. It follows from this condition that a change in the money income of one trading area will not change the equilibrium relationships.

Granting Professor PREBISCH'S statement concerning the behavior of absolute prices and money incomes between the industrial and underdeveloped areas, he does not show why these movements have led to values which would differ from those that would prevail in the absence of the changes in money income. As a matter of fact at one stage he seems to follow the assumption of a zero order, homogeneous model. He says the terms of trade would have been the same in the case of a rise in income propor-

tional to the increase in respective productivities as in the case of a fall in prices proportional to productivity changes. Presumably in the first case the terms of trade would move against the more productive industrial nations because of a disequilibrium in the balance of payments, and a consequent flow of income from industrial to underdeveloped nations which lowers industrial prices relative to primary prices. But, if the system operates in this manner, the equilibrium terms of trade would be independent of any money income change. Certainly, other real factors besides productivity changes can be included in the system to counter-balance the effects of greater productivity advances in the developed nations.

Either he does not believe that these other elements have been important enough to give the observed results, or he has not expressly and consistently set forth the assumptions of his model. Pointing out that money incomes and prices rose more in industrial nations because of the downward rigidity in wages does not seem very satisfactory. This implies that international trade is determined on the basis of absolute and not relative prices — a hypothesis which can hardly be held in explaining the pattern of trade over the long-run.

One possibility which could be used in order to turn the rigidity of industrial wages into an argument supporting Professor PREBISCH'S thesis would be to hold that the reciprocal demand curves of the two areas touch — or nearly touch — over a wide price range. However, if such conditions did prevail, it would seem that such measures as the tariff and exchange rate changes during this period would have brought much greater shifts in the trading terms than historical evidence tends to indicate.

Nevertheless money income changes can influence the real variables behind trade and thereby bring about new equilibrium values.

However, such factors can best be studied within the framework of the classical tradition, which emphasizes the importance of the real variables.

How has this historical trend in the terms of trade affected the real income position of backward countries? Theoretically, changes in the terms of trade are a notoriously poor indicator of the direction of the change in welfare.

Income statistics leave no doubts as to the great gains both areas have made in the last century. The underdeveloped regions have supplied vital raw materials for the industrialization process in exchange for industrial consumption and capital goods. The technology and capital goods supplied by advanced nations have provided an important basis for further expansion within peripheral countries. This dynamic relation between imports and the increased production possibilities of underdeveloped countries must be remembered in judging the trading history.

The significance of the statistical trend is too doubtful to warrant an industrialization program which necessitated long run restrictions on trade.

This is not to say that the peripheral countries should not industrialize. The important issues are how they can obtain the real savings to undertake investment and for what types of commodities the investments should be made.

Basically, any extensive industrialization must be accomplished by a nation lifting itself by its bootstraps.

First of all, the underdeveloped nation must try to maintain better monetary and political stability.

The existing export commodities should not be sacrificed in the growth process.

We should not argue as if there were a given, fully utilized supply of labor.

On the import side, the best approach appears to be to capture the import markets for the manufactured articles which are widely consumed within their boundaries.

The development of heavy manufacturing industries and public utilities directed towards the domestic market must be undertaken slowly with careful planning. It is not so much that such premature undertakings will require import controls but that they will not prove sustaining even with such restrictions.

RÉSUMÉ

LES CHANGEMENTS SÉCULAIRES DES TAUX D'ÉCHANGE

Récemment certains économistes ont attiré l'attention sur les changements séculaires des taux d'échange des pays sous-développés qu'ils considèrent comme un facteur important re-

tardant le développement économique de ces pays. Cette thèse a été défendue surtout par PREBISCH, qui déclare qu'entre 1870 et 1930 les pays industrialisés ont gardé pour eux-mêmes les bénéfices du développement technique tandis que les pays sous-développés leur ont passé une partie de leur propre avancement technique.

Concernant les changements des taux d'échange il faut distinguer trois points: il y a d'abord la mesure statistique; deuxièmement les forces économiques que les influencent et finalement l'effet des changements des taux d'échange sur le revenu réel.

Quant au premier point il faut noter que la qualité et l'importance relative des produits entrant le commerce extérieur a changé beaucoup pendant la période en question. Aussi les coûts de transportation et d'assurance ont été traités d'une manière inadéquate dans les mesures statistiques. Pour ces raisons il paraît que les mesures statistiques ne nous donnent qu'un idée faussée des taux d'échange entre les pays développés et sous-développés. Les statistiques ne prouvent pas d'une manière décisive que les pays sous-développés ont souffert une détérioration réelle des taux d'échanges pendant les dernières 75 années. Il nous paraît qu'il y a quatre facteurs importants influençant les changements des taux d'échanges: 1) changement de goûts; 2) le progrès technologique; 3) les changements dans l'offre des facteurs de production; 4) modification dans la structure du marché.

Est-ce qu'on peut accepter que la demande a déprimé les prix des produits primaires en comparaison avec les prix des produits industrielles? Dans le cas des produits agricoles les statistiques paraissent confirmer cette proposition. Pour les pays sous-développés exportant des minerais ou d'autres matières premières employées dans la production de manufactures, la situation est plus favorable.

Du point de vue de l'offre, d'importants changements relatifs se sont produits pendant cette période entre produits primaires et industrielles à cause du progrès technologique et des changements dans l'offre des moyens de production.

Les statistiques semblent indiquer que la productivité dans l'industrie a augmenté plus vite que dans l'agriculture. Pour cette raison des facteurs importants ont rendu les manufactures relativement meilleur marché que les produits agricoles. Pour-

tant le grand progrès technologique a rendu possible une grande économie dans l'emploi d'importants produits exportés par les pays sous-développés.

Les minerais ont été dans une position très favorable. Il paraît que la productivité dans les mines s'est améliorée un peu plus que dans l'industrie manufacturière.

Un autre élément important est le changement de la population: les statistiques indiquent que le changement relatif a été plus grand dans les pays industrialisés ce qui améliore les taux d'échanges des producteurs primaires.

Un autre facteur important est la différence dans la structure du marché des pays industrialisés et sous-développés. La nature oligopolistique des marchés industrielles et l'attitude des techniciens permet de traduire l'augmentation de la productivité sous forme de nouveaux ou meilleurs produits au lieu d'une baisse des prix. L'augmentation de la productivité dans les pays développés ne se reflète donc pas dans le prix. L'imposition des droits d'entrée sur l'importation des produits agricoles dans les pays avancés est un autre facteur qui a opéré contre les pays sous-développés.

Tous ces facteurs peuvent expliquer le changement des taux d'échanges. Certainement la basse élasticité (en fonction de revenu) de la demande pour les produits agricoles, les droits d'entrée dans les pays développés et les augmentations de la productivité ont contribué à réduire les prix agricoles sensiblement.

D'autre part la haute élasticité (en fonction du revenu) de la demande pour des produits manufacturés et l'invention de produits pouvant substituer les produits primaires expliquent pourquoi les grandes augmentations de la productivité dans la production industrielle n'ont pas mené à une amélioration des taux d'échange des pays sous-développés.

D'autres arguments combinant des facteurs réels et monétaires ont été présentés, par exemple, par PREBISCH, qui déclare que dans les pays développés les revenus et les prix ont haussé plus que la productivité tandis que dans les nations retardées les petites augmentations de la productivité ont pris la forme de réduction de prix ou d'une augmentation du revenu équivalente à celle de la productivité. Par conséquent les taux d'échanges se sont changés en faveur des pays développés. Il ne faut pas oublier

que dans des périodes de prospérité les prix des produits primaires haussent beaucoup tandis qu'en période de crise le déclin est très brusque. D'autre part les prix des produits manufacturières haussent moins dans le boom mais baissent aussi moins dans des périodes de dépression. PREBISCH attaque aussi la théorie classique du commerce international dans les termes suivants: "Il est vrai que le raisonnement sur les avantages économiques de la division internationale du travail est exact mais on oublie généralement que les hypothèses sur lesquelles ce raisonnement a été basé en réalité sont inacceptables et fausses. Selon la théorie classique les gains du progrès technique seraient distribués entre les pays développés et non-développés ou bien par une réduction des prix, ou bien par une augmentation correspondante des revenus. Des pays produisant des matières premières obtiendraient leur partie des bénéfices par le commerce international et n'ont donc pas besoin de s'industrialiser".

D'abord il faut accentuer que l'analyse moderne dans la tradition classique n'est pas inconsistante avec le changement réel du revenu ni avec la distribution des gains du développement industriel. Les taux d'échanges ne s'améliorent pas nécessairement pour les pays sous-développés si les pays avancés s'industrialisent. Le point principal de la théorie classique est que dans la longue période ils sont des facteurs réels qui déterminent le prix relatif et le volume du commerce. Plus précisément, les modèles classiques sont basés sur des fonctions de demande et d'offre parfaitement homogène c. à. d. qu'un doublement des prix et des revenus ne change pas la solution en termes réels.

Même si l'on accepte la proposition de PREBISCH sur les changements de la relation des prix et des revenus entre pays industrialisés et sous-développés, il n'indique pas pourquoi ces mouvements ont mené à des valeurs différentes de celles qui se présenteraient dans l'absence de changements des revenus nominaux. Il prétend que les termes d'échanges auraient été les mêmes dans le cas d'une augmentation des revenus en proportion avec l'augmentation de la productivité que dans le cas d'une baisse des prix dans la même proportion.

Sans doute dans le premier cas les termes d'échanges se modifieraient au détriment des nations industrialisées à cause d'un déséquilibre dans le balance des paiements et le revenu se

déplacerait des pays industrialisés vers des pays sous-développés ce qui entraînerait une baisse des prix industriels en relation avec les prix des produits primaires. Mais dans ce cas l'équilibre des termes d'échanges serait indépendant des variations de revenu. Certainement d'autres facteurs réels à part des changements de la productivité peuvent être inclus dans le système afin de contrabalancer les effets des avancements plus grands de la productivité dans les pays avancés.

Ou bien il ne croit pas que ces autres éléments sont assez importants pour donner les résultats observés, ou bien il n'a pas expliqué clairement et explicitement les hypothèses qu'il a fait. La proposition que les revenus et les prix ont augmentés plus dans les nations industrialisés à cause de la rigidité des salaires n'est pas très satisfaisante. Ceci implique que le commerce international est basé sur des prix absolus et non pas relatifs, une hypothèse inacceptable dans la longue période.

On pourrait envisager la rigidité des salaires industriels comme un argument supportant la thèse de PREBISCH si l'on admet que les courbes de la demande réciproques des deux pays se touchent ou presque se touchent pour une grande variation des prix. Mais dans ce cas il semble que des mesures comme les droits d'entrée ou les dévaluations pendant cette période auraient provoqué des changements plus grands dans les taux d'échanges que les statistiques n'indiquent.

Cependant des changements de revenu peuvent influencer les facteurs réels déterminant le commerce extérieur et causer ainsi un équilibre nouveau. Ces facteurs peuvent être étudiés le mieux dans le cadre de la tradition classique qui accentue l'importance des facteurs réels.

Comment le trend historique des taux d'échanges a-t-il influencé le revenu réel des pays sous-développés? En théorie les changements des taux de changes n'indiquent que très mal la direction des changements de bien-être.

La statistique des revenus confirme le grand progrès fait dans le dernier siècle: les pays sous-développés ont délivrés les matières premières vitales pour le processus d'industrialisation en échange pour des biens de consommation et d'équipement. La technologie et les biens de capital délivrés par les nations avancées ont créé une base importante pour une expansion continuante

des pays périphériques. Cette relation dynamique entre importation et possibilité d'accroissement de la population dans les pays sous-développés doit être considérée en jugeant l'histoire du commerce international.

La signification du trend statistique est trop douteuse à permettre un programme d'industrialisation qui imposerait des restrictions au commerce extérieur pour des longues périodes.

Ceci ne veut pas dire que les pays sous-développés ne doivent pas s'industrialiser. La question principale est de savoir d'où viendront les épargnes réelles pour financer l'investissement et de savoir où ces investissements se réaliseront.

Dans le fond, l'industrialisation doit se faire à l'aide de moyens trouvés dans la nation même. Les pays sous-développés doivent tacher d'abord de maintenir une stabilité monétaire et politique plus grande. Aussi la production des biens d'exportation ne devrait pas être sacrifiée dans le processus du développement.

Du côté de l'importation le meilleur sera de stimuler la production nationale des produits manufacturés importés qui sont d'une grande consommation dans les pays.

Le développement d'une industrie lourde et des utilités publiques doit être entrepris très prudemment.